



TREVISA INVESTIMENTOS S. A.

*Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024*

*Acompanhadas do relatório do auditor independente
e do parecer do conselho fiscal*

TREVISA INVESTIMENTOS S. A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Parecer do conselho fiscal

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações de resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos acionistas

A Administração da Trevisa Investimentos S. A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e de um breve relato das principais questões que refletiram nos resultados da Companhia e de sua controlada.

1. TREVISA INVESTIMENTOS S. A.

Empresa holding, cujas atividades estão voltadas à participação no capital de sua controlada Navegação Aliança Ltda. e a locação de salas comerciais.

Os auditores BDO RCS Auditores Independentes SS são contratados para executar os serviços de auditoria na Companhia e em sua controlada.

A Companhia encerrou o exercício de 2024, com um resultado positivo de R\$ 37.134 mil, decorrente, principalmente, da equivalência patrimonial de sua controlada. No ano anterior o resultado foi de R\$ 18.489 mil, representando um aumento de 100,8%. O valor da equivalência foi impactado em R\$ 16.988 mil, decorrente de subvenção para investimento de sua controlada.

O prédio onde está localizada a sede da Companhia em Porto Alegre, RS, destina-se à locação de salas comerciais e encerrou o exercício de 2024 com uma receita líquida de R\$ 1.811 mil. No ano anterior no mesmo período a receita líquida de locação foi de R\$ 1.781 mil, representando um aumento de 1,7%.

No mês de maio de 2024, o prédio sede da Companhia foi afetado pela enchente que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, ocasionando uma perda de receita com aluguéis na ordem de R\$ 122 mil.

2. NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA.

A Empresa transportou no ano 3.918 mil toneladas de granéis sólidos, celulose e madeira, contra 4.059 mil toneladas no mesmo período do ano anterior, representando uma diminuição de 3,47%. O motivo da redução no volume transportado foi a enchente em maio de 2024 que comprometeu a operação dos terminais de granéis localizados na grande Porto Alegre, RS.

No entanto, o principal cliente não foi afetado significativamente. Tal fato permitiu a manutenção das operações da empresa, não sendo percebido impactos relevantes em seu faturamento.

No que tange ao quadro de colaboradores, a empresa teve 11% de seus funcionários severamente atingidos pela enchente. Para estes colaboradores a empresa implementou um plano de auxílio que consistiu na concessão de uma verba a fundo perdido.

Os principais produtos transportados pela Empresa no exercício foram: celulose, madeira, fertilizantes, soja, farelo de soja, clínquer e trigo, correspondendo a 97,8% do volume total.

A receita líquida do exercício foi de R\$ 135.340 mil, contra R\$ 130.631 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 3,6%.

A Empresa encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 39.707 mil. No ano anterior o resultado foi de R\$ 23.332 mil. No resultado líquido está registrado o montante de R\$ 22.535 mil, em razão do trânsito em julgado favorável a empresa, relativo à subvenção para investimentos.

O Trânsito em julgado, no qual a empresa foi beneficiada é referente ao ajuizamento de um mandado de segurança com o pedido de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, detalhado na nota explicativa 5 - Imposto de renda e contribuição social a recuperar.

Em reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante de 06 de setembro de 2024 (Resolução nº 209), foi priorizado o montante de R\$ 73,4 milhões para a construção de dois navios graneleiros de 4.700 toneladas, cada um. A empresa está buscando financiamento junto ao BNDES para este acréscimo na frota, visando atender, principalmente, o mercado de farelo de soja, em função da política governamental que tem como meta o Diesel B20 até 2030. O início da construção da primeira embarcação está previsto para o segundo semestre de 2025.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores e da
Trevisa Investimentos S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Trevisa Investimentos S.A. ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Trevisa Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de ganho referente a exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculos do IRPJ e CSLL

Principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na Nota Explicativa número 5 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Controlada obteve, em 2024, decisão judicial favorável em um mandado de segurança, para aplicação da exclusão do benefício fiscal da base de cálculo do IRPJ e CSLL.

O benefício fiscal tratado na decisão decorre, principalmente, da isenção da incidência de ICMS sobre fretes marítimos estaduais no Rio Grande do Sul.

Com base na decisão, a Controlada realizou o recálculo das apurações de IRPJ e CSLL, no período de 2018 a 2023, identificando um saldo de R\$ 16.988 de IRPJ e CSLL recolhido a maior. Em conexão com o assunto acima, a Companhia reconheceu no resultado de 2024 um crédito naquele mesmo valor. Além do crédito de IRPJ e CSLL, a Companhia reconheceu também o equivalente a R\$ 5.547 na rubrica de receita financeira, referente a atualização de SELIC sobre os montantes recolhidos a maior, bem como uma provisão de despesas de honorários advocatícios de R\$ 2.288. A controladora, por sua vez, reconheceu da equivalência patrimonial em seu resultado.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Discussão com a administração e avaliação dos critérios aplicados na identificação e reconhecimento dos efeitos do transitado em julgado do processo;
- Avaliação das premissas adotadas no cálculo do principal e da atualização;
- Inspeção de opinião legal independente, que realizou análise sobre a existência do direito ao crédito;
- Análise do recálculo dos impostos diretos e indiretos aplicáveis sobre os efeitos que impactaram o resultado;
- Recálculo, com o auxílio de especialistas tributários, do montante de principal e juros reconhecidos no resultado da Controlada;
- Recálculo da equivalência patrimonial e demais efeitos no passivo e patrimônio líquido da Controladora;

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia de cálculo, bem como os efeitos apresentados no balanço patrimonial e no resultado, considerando que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão adequadas, quando tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2025



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

TREVISA INVESTIMENTOS S. A.

CNPJ/MF nº 92.660.570/0001-26

NIRE nº 4330000.8061

**PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

O Conselho Fiscal da TREVISA Investimentos S/A, situada à Avenida Padre Cacique, 320 em Porto Alegre, RS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e no relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Sociedade e opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para a aprovação pelos acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 27 de março de 2025

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Presidente do Conselho Fiscal

Christian Sfreddo

Membro Titular

André Ayres de Oliveira

Membro Titular

Silvia Christina Mallmann Guariglia

Secretária

Trevisa Investimentos S. A.**Balancos patrimoniais****Em 31 dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023****(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	165	336	10.877	13.612
Clientes	4	371	281	11.650	7.187
Estoques		-	-	408	355
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		758	298	778	318
Tributos a recuperar		11	212	22	223
Aplicação financeira vinculada		178	-	178	-
Créditos com controladas	6	2.539	4.284	-	-
Outros ativos		6	12	2.184	1.780
Total do circulante		4.028	5.423	26.097	23.475
Não circulante					
Depósitos para recursos		276	270	1.108	1.255
Aplicação financeira vinculada		1.388	-	1.388	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	-	-	22.535	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	-	-	2.861	1.968
Propriedade para investimento	7	14.821	14.271	10.648	10.098
Investimentos em controladas	8	160.277	123.724	-	-
Imobilizado	9	595	727	141.443	130.627
Direito de uso		-	-	2.109	2.864
Intangível		-	-	123	152
Total não circulante		177.357	138.992	182.215	146.964
Total do Ativo		181.385	144.415	208.312	170.439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Trevisa Investimentos S. A.

Balancos patrimoniais

Em 31 dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	10	406	426	9.088	8.228
Imposto de renda e contribuição social		86	278	3.070	3.085
Tributos a recolher	11	311	490	1.387	751
Impostos a pagar - Refis	13	720	540	720	540
Fornecedores		147	129	4.926	4.529
Empréstimos e financiamentos bancários	12	599	-	844	2.937
Dividendos a pagar	15	4.635	4.437	4.635	4.437
Outras contas a pagar		280	331	1.245	1.208
Passivo de arrendamento		-	-	894	914
Total do circulante		7.184	6.631	26.809	26.629
Não circulante					
Impostos a pagar - Refis	13	4.895	5.567	4.895	5.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.849	2.913	2.849	2.913
Empréstimos bancários	12	4.445	-	4.445	245
Provisão para contingências	14	8.834	8.780	12.863	12.732
Outras contas a pagar		59	59	2.346	130
Passivo de arrendamento		-	-	986	1.758
Total não circulante		21.082	17.319	28.384	23.345
Patrimônio líquido					
Capital social		60.000	60.000	60.000	60.000
Reserva de lucros		87.394	54.643	87.394	54.643
Ajuste de avaliação patrimonial		5.725	5.822	5.725	5.822
Total do patrimônio líquido	17	153.119	120.465	153.119	120.465
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		181.385	144.415	208.312	170.439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Trevisa Investimentos S. A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	19	1.811	1.781	136.466	131.711
Custo dos serviços vendidos	20	(433)	(208)	(95.387)	(89.489)
Lucro bruto		1.378	1.573	41.079	42.222
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de administração	20	(3.792)	(6.365)	(20.580)	(17.932)
Outras receitas operacionais	21	707	2.229	1.110	2.774
Outras despesas operacionais		(1)	(52)	(42)	(136)
Resultado de equivalência patrimonial	8	39.553	23.177	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		37.845	20.562	21.567	26.928
Receitas financeiras	22	194	140	7.117	1.847
Despesas financeiras	22	(620)	(885)	(1.431)	(1.462)
Resultado financeiro líquido		(426)	(745)	5.686	385
Resultado antes dos impostos		37.419	19.817	27.253	27.313
Provisão de imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18	(300)	(1.321)	8.973	(8.958)
Diferido	18	15	(7)	908	134
Lucro líquido		37.134	18.489	37.134	18.489
Lucro líquido do exercício		37.134	18.489	37.134	18.489
Atribuído aos controladores		37.134	18.489	37.134	18.489
Lucro do exercício por ação do capital em R\$	26	1,7867	0,8896	1,7867	0,8896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Trevisa Investimentos S. A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Atribuído aos controladores	37.134	18.489	37.134	18.489

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Trevisa Investimentos S. A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros				Lucros Acumulados	Total
				Investimentos e Capital de giro	Incentivos fiscais reflexa	Reserva legal	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	45.000	595	6.015	40.962	-	4.982	45.944	-	97.554
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.965)	(2.965)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.227	11.227
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	569	569	(569)	-
Constituição de reserva para investimentos e/ou capital de giro	-	-	-	8.895	-	-	8.895	(8.895)	-
Realização de reserva de reavaliação reflexa	-	(595)	-	-	-	-	-	595	-
IR e CS diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	-	-	-	455	455
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14)	-	-	-	-	14	-
IR e CS diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Ajuste realização mais valia	-	-	(82)	-	-	-	-	-	(82)
Equivalência do ajuste da mais valia	-	-	-	-	-	-	-	154	154
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	-	5.919	49.857	-	5.551	55.408	-	106.327
Aumento de capital social	15.000	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.437)	(4.437)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	18.489	18.489
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	925	925	(925)	-
Constituição de reserva para investimentos e/ou capital de giro	-	-	-	13.310	-	-	13.310	(13.310)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14)	-	-	-	-	14	-
IR e CS diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Ajuste realização mais valia	-	-	(83)	-	-	-	-	-	(83)
Equivalência do ajuste da mais valia	-	-	-	-	-	-	-	155	155
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.000	-	5.822	48.167	-	6.476	54.643	-	120.465
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.635)	(4.635)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	106	106
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.134	37.134
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	1.857	1.857	(1.857)	-
Constituição de reserva para investimentos e/ou capital de giro	-	-	-	13.906	-	-	13.906	(13.906)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	-	-	-	-	16.988	-	16.988	(16.988)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(14)	-	-	-	-	14	-
IR e CS diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Ajuste realização mais valia	-	-	(83)	-	-	-	-	-	(83)
Equivalência do ajuste da mais valia	-	-	-	-	-	-	-	154	154
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	-	5.725	62.073	16.988	8.333	87.394	-	153.119

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Equivalência patrimonial	(39.553)	(23.177)	-	-
Depreciações e amortizações	143	160	15.243	12.363
Depreciação arrendamento	-	-	966	913
Baixas de imobilizado	2	51	435	61
Ajuste valor justo propriedade investimento	(488)	(1.889)	(488)	(1.889)
Provisões e reversão constituídas	54	2.382	1.352	2.914
Encargos financeiros sobre financiamentos, Refis e arrendamento	317	167	610	563
Reversão de dividendos	106	37	106	37
Imposto de renda e contribuição social	285	1.328	7.107	8.824
	(2.000)	(2.452)	62.465	42.275
Varição de ativos e passivos:				
Clientes	(90)	(16)	(4.463)	2.148
Estoques	-	-	(53)	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	(22.535)	-
Impostos a recuperar e outros ativos circulante	(253)	(149)	(663)	(596)
Depósito para recursos	(6)	(30)	147	(217)
Fornecedores	18	(22)	397	553
Lucros e dividendos pagos	(4.437)	(2.965)	(4.437)	(2.965)
Pagamento contencioso provisionado	-	(150)	(1.221)	(262)
Redução (aumento) nos saldos de empresas relacionadas	1.745	(1.707)	-	-
Redução do Refis	(820)	(540)	(820)	(540)
Obrigações federais	(86)	(278)	(3.070)	(3.085)
Contas a pagar e provisões	(262)	576	3.914	914
	(4.191)	(5.281)	(32.804)	(4.036)
Caixa líquido aplicados nas/gerado pelas operações	(6.191)	(7.733)	29.661	38.239
Imposto de renda e contribuição social pagos	(214)	(1.043)	(4.945)	(5.873)
Caixa líquido aplicado nas/gerado pelas atividades operacionais	(6.405)	(8.776)	24.716	32.366
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Em investimentos	(62)	(454)	(62)	(454)
Em imobilizado	(13)	(6)	(26.465)	(24.255)
Aplicações financeiras vinculadas	(1.566)	-	(1.566)	-
Lucros e JCP recebidos	3.000	7.500	-	-
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de investimentos	1.359	7.040	(28.093)	(24.709)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Empréstimos tomados	5.000	-	5.000	-
Pagamento de empréstimos (principal)	-	-	(2.938)	(5.837)
Pagamento juros de empréstimos	(125)	-	(206)	(317)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(1.214)	(1.206)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	4.875	-	642	(7.360)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(171)	(1.736)	(2.735)	297
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	336	2.072	13.612	13.315
Caixa e equivalentes de caixa no fim exercício	165	336	10.877	13.612

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Trevisa Investimentos S. A.**Demonstrações do valor adicionado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas de serviços e locações	2.124	2.080	142.401	137.951
Outras (despesas) receitas operacionais	706	2.177	1.068	2.638
Provisão para contingências	(102)	(2.382)	(1.905)	(3.187)
	2.728	1.875	141.564	137.402
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos de serviços, materiais, energia, Seguros e demais custos com vendas (inclui impostos)	(1.877)	(1.915)	(52.192)	(50.653)
Valor adicionado bruto	851	(40)	89.372	86.749
Retenções				
Depreciação e amortização	(143)	(160)	(16.209)	(13.276)
	(143)	(160)	(16.209)	(13.276)
Valor adicionado líquido produzido	708	(200)	73.163	73.473
Receitas financeiras	194	140	7.117	1.847
Resultado de equivalência patrimonial	39.553	23.177	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	39.747	23.317	7.117	1.847
Valor adicionado total a distribuir	40.455	23.117	80.280	75.320
Distribuição do valor adicionado	40.455	23.117	80.280	75.320
Pessoal	1.780	1.685	42.222	37.753
Salários, benefícios e FGTS	1.780	1.685	41.035	36.427
Participação dos empregados nos lucros	-	-	1.187	1.326
Remuneração de capitais de terceiros	620	885	1.431	1.462
Impostos, taxas e contribuições	921	2.058	(507)	17.616
Tributos municipais	-	137	7	138
Tributos estaduais	-	-	231	125
Tributos federais	921	1.921	(745)	17.353
Remuneração de capitais próprios	37.134	18.489	37.134	18.489
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Dividendos	4.635	4.437	4.635	4.437
Lucro Retidos	32.499	14.052	32.499	14.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Contexto Operacional

A Trevisa Investimentos S. A. (“Trevisa” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital aberto, com sede em Porto Alegre, RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital da empresa controlada Navegação Aliança Ltda.

A Companhia atua em atividades de: (i) locação de salas comerciais e (ii) logística de transporte hidroviário no Rio Grande do Sul, o qual representa aproximadamente 99,2% do faturamento líquido consolidado em 31 de dezembro de 2024.

1.1 Índices da controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Capital circulante líquido	0,56	0,17	0,97	0,88
Resultado do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Margem bruta	76,1%	88,3%	30,1%	32,1%

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

1.2 Impacto das enchentes do Rio Grande do Sul

Considerando que o principal cliente da Navegação Aliança Ltda. não foi afetado significativamente pelas enchentes, e continuou suas operações, não foram identificados impactos relevantes no faturamento e operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023.

No entanto, a operação das demais cargas a granel da controlada Navegação Aliança Ltda, com destaque para o fertilizante, soja em grãos e farelo, clínquer e carvão, apresentaram uma redução no período de, aproximadamente, 3,5% no volume transportado em comparação ao mesmo período de 2023.

2 Bases de elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei por Sociedade de Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e com as Normas Internacionais de Contabilidade, *IFRS (International Financial Reporting Standards)*, emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

i. Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de março de 2025, para emissão e divulgação.

ii. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

iii. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça uso de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e de outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas é essencial para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Nota Explicativa 07 - Propriedade para investimento
- Nota Explicativa 09 - Imobilizado
- Nota Explicativa 14 - Provisão para contingências
- Nota Explicativa 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

iv. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas International Financial Reporting Standards (IFRS).

A DVA foi elaborada com base em informações obtidas nos registros contábeis e segue as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

v. Base de consolidação

Controlada

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente IFRS 10/CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, compreendendo as demonstrações contábeis da controladora e de sua controlada, na qual a Companhia tem participação de 100% do capital social.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas no consolidado

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2 Resumo das práticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob a categoria custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e seu fluxo contratual. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Administração da Companhia classifica nesta categoria os seguintes ativos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), contas a receber de clientes (Nota 4) e outros créditos.

Os ativos financeiros não classificados como custo amortizado são classificados como valor justo por meio de resultado (VJR).

Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros pelo custo amortizado são instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos (Nota 12) e outras contas a pagar.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

A mensuração dos ativos depende de classificação designada para o ativo e passivo financeiro, na data do balanço os ativos e passivos estão classificados pelo custo amortizado, usando o método de mensuração pela taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda *impairment* em um ativo financeiro ou um grupo de ativos

financeiros, havendo expectativa de perda por parte da Administração, a perda cumulativa é reconhecida na demonstração de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*Impairment* de ativos financeiros)

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultado.

Conforme demonstrado na nota explicativa 4 – Clientes, foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, sobre créditos não vencidos, relativo a um cliente, da controlada, em RJ – Recuperação Judicial.

b. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações e material de segurança da controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

c. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

d. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo seu valor justo no momento inicial, o qual é, geralmente, representado pelo custo de aquisição.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O CAPEX das manutenções (docagem) planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações, são reconhecidos no ativo imobilizado. Os gastos com as manutenções (OPEX) que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como custos no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente. As informações relativas ao imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 9.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, com relação às taxas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 9.

As vidas úteis são revisadas anualmente e alteradas sempre que forem identificadas evidências de alteração.

f. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição de um ativo qualificável, estão demonstrados nos gastos incorridos de sua aquisição. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

g. Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões trabalhistas, cíveis, tributárias e outras são estimadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os

impostos correntes e os diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real.

i. Receita operacional

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia e sua controlada esperam receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada no momento em que prestam o serviço ao cliente.

A Companhia avalia os 5 passos do reconhecimento da receita. Uma receita é reconhecida quando, e somente quando, todas as obrigações de desempenho previstas no contrato com os clientes foram atingidas. Uma receita somente é reconhecida quando o seu valor, bem como todos os custos atribuídos, pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

As receitas são reconhecidas, geralmente, quando o controle dos bens transportados é entregue aos clientes. Esse fato ocorre quando da entrega efetiva das mercadorias nos destinos previstos, para a Navegação Aliança. A receita de aluguéis é reconhecida mensalmente, de acordo com uso dos imóveis.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

k. Arrendamento

Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil.

Os bens arrendados devem ser depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período.

1. Subvenções governamentais

Subvenções para compensação de despesas são apresentadas com o custo incorrido pela Companhia. Quando a retenção de uma subvenção governamental depende da Companhia satisfazer certos critérios, ela é inicialmente reconhecida como receita diferida. Quando os critérios para retenção forem satisfeitos, o saldo da receita diferida é liberado para a demonstração consolidada no resultado.

As informações relativas às subvenções reconhecidas pela controlada estão divulgadas na nota explicativa 5.

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Companhia avalia as novas normas ou alterações e a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

2.4 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023, estão sendo reapresentados para melhor apresentação às demonstrações contábeis correspondentes, reclassificando o valor dos créditos de PIS e COFINS, que foi divulgado na receita operacional líquida para custo dos serviços vendidos e despesas de administração.

Conforme pronunciamento contábil IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, é necessário a reapresentação das demonstrações contábeis correspondentes, devido reclassificação do valor dos créditos de PIS e COFINS.

Abaixo demonstramos os efeitos da reapresentação:

- a. A Companhia reclassificou, com efeitos retrospectivos, para despesas de administração, na controladora e custo dos serviços vendidos, no consolidado, os valores originalmente classificados na receita operacional líquida, no valor de R\$ 83 na controladora e de R\$ 4.861 no consolidado, com a finalidade de adequar esses efeitos nos valores correspondentes, individuais e consolidados.
- b. Com a finalidade de adequar esses efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e nos valores correlatos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia passou registrar os valores de crédito de PIS e COFINS em despesa de administração, na controladora e custo dos serviços vendidos, na controlada e conseqüentemente no consolidado. Não houve impacto no resultado do exercício.
- c. A Companhia reclassificou a participação dos empregados de R\$ 1.326 para custo dos serviços vendidos no valor de R\$ 857 e para despesas de administração no valor de R\$ 469, por se tratar de participação a ser paga para empregados do regime CLT.

Demonstração de resultado	Controladora			Consolidado		
	Originalmente	Ajustes e		Originalmente	Ajustes e	
	Apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	1.864	(83)	1.781	136.572	(4.861)	131.711
Custos dos serviços vendidos	-	(208)	(208)	(93.202)	3.713	(89.489)
Lucro Bruto	1.864	(291)	1.573	43.370	(1.148)	42.222
Despesas de administração	(6.656)	291	(6.365)	(17.754)	(178)	(17.932)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.177	-	2.177	2.638	-	2.638
Resultado de equivalência patrimonial	23.177	-	23.177	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	20.562	-	20.562	28.254	(1.326)	26.928
Resultado financeiro	(745)	-	(745)	385	-	385
Resultado antes dos impostos	19.817	-	19.817	28.639	(1.326)	27.313
IRPJ e CSLL Corrente	(1.321)	-	(1.321)	(8.958)	-	(8.958)
IRPJ e CSLL Diferido	(7)	-	(7)	134	-	134
Lucro líquido antes da participação dos empregados	18.489	-	18.489	19.815	(1.326)	18.489
Participação dos empregados	-	-	-	(1.326)	1.326	-
Lucro líquido do exercício	18.489	-	18.489	18.489	-	18.489

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e sua controlada, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em

instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalentes de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos bancários	2	4	25	10
Aplicações financeiras	163	332	10.852	13.602
	165	336	10.877	13.612

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, de 100% a 101,2%.

4 Clientes

a. Composição do saldo de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos	84	95	84	95
A vencer de partes relacionadas	77	84	-	-
A vencer	294	197	11.995	7.187
	455	376	12.079	7.282
PECLD	(84)	(95)	(429)	(95)
Total de clientes	371	281	11.650	7.187

b. Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	95	106	95	106
Constituição PECLD - cliente em RJ	-	-	345	-
Reversão PECLD	(11)	(11)	(11)	(11)
Saldo final	84	95	429	95

A controlada constituiu PECLD de R\$ 345, de um cliente que está em recuperação judicial, embora o título ainda não estivesse vencido em 31 de dezembro de 2024.

5 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

A controlada, Navegação Aliança Ltda., foi beneficiada com subvenção para investimento, no ajuizamento de um mandado de segurança com o pedido de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculos do IRPJ e CSLL. Com a uniformização do entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, através do ‘Tema 1182’, a controlada obteve provimento do pedido, constituindo um direito de crédito a ser habilitado junto a Receita Federal do Brasil, para posterior compensação.

A sentença concedeu a segurança postulada pela controlada, tendo expressamente declarado o direito de a impetrante excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores referentes aos benefícios fiscais de ICMS. Em sede de apelação, a segurança foi confirmada, tendo sido provido o reexame necessário, em parte, apenas para “limitar os efeitos temporais da segurança” a 31 de dezembro de 2023. O direito de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculos do IRPJ e CSLL, abrange o período de março de 2018 até dezembro de 2023.

Com o trânsito em julgado da decisão judicial, ocorrido em 2024, a controlada, reconheceu o montante de R\$ 22.535 como impostos recuperar, no ativo não circulante, e no resultado o valor de R\$ 16.988 como imposto de renda e contribuição social, R\$ 5.547 em receita financeira e provisão de despesas com honorários de R\$ 2.288. Sendo constituída reserva de incentivo fiscal no valor do benefício de R\$ 51.365 na controlada. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração realizou a constituição de reserva de incentivo fiscal pelo valor de R\$ 16.988, relativo à parcela do lucro líquido decorrente da subvenção.

Demonstramos abaixo o valor do crédito, bem como a atualização monetária até 31 de dezembro de 2024:

					Consolidado
Ano	Subvenção ICMS (isenção)	IRPJ a recuperar	CSLL a recuperar	Total IRPJ e CSLL a recuperar	Atualização
2018	10.994	2.543	989	3.532	1.670
2019	7.137	1.762	642	2.404	998
2020	7.085	1.675	638	2.313	897
2021	9.054	2.222	815	3.037	1.045
2022	8.366	2.057	753	2.810	637
2023	8.729	2.106	786	2.892	300
TOTAL	51.365	12.365	4.623	16.988	5.547

6 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Controladora	Navegação Aliança Ltda.	Total 31/12/2024	Total 31/12/2023
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes	77	77	84
	77	77	84
Ativo não circulante			
Lucros e JCP a receber	2.443	2.443	4.250
Outras contas a receber	96	96	34
	2.539	2.539	4.284
Demonstração do resultado			
Receita de locações	685	685	701
Outras receitas	66	66	68
	751	751	769

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas, recebimento de lucros, juros sobre capital próprio (JCP) e aluguéis da controlada.

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições específicas e podem divergir de operações usuais de mercado.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Demonstramos abaixo a remuneração dos Diretores e membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, acrescida dos benefícios de curto prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diretores e Conselho de Administração/Fiscal	1.699	1.600	3.102	2.968
	1.699	1.600	3.102	2.968

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve concessões de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho, tampouco remuneração baseada em ações.

7 Propriedades para investimento

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imóvel – locação a terceiros (i)	10.648	10.098	10.648	10.098
Imóvel – locação para controlada (ii)	4.173	4.173	-	-
	14.821	14.271	10.648	10.098

(i) Imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre, RS e utilizado para locação a terceiros. Os gastos efetivados, bem como os recuperados dos condôminos, demonstramos no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Gastos operacionais áreas que geram receitas	1.040	948
Gastos operacionais áreas que não geram receitas	433	208
Gastos operacionais diretos totais	1.473	1.156
(-) Recuperação condomínio	(1.038)	(948)
Gastos não recuperados	435	208

(ii) Imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre, RS, e utilizado para locação para controlada. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, a parcela correspondente ao uso pela controladora, está registrada na propriedade para investimento. Nas demonstrações contábeis consolidadas, é registrado no imobilizado, o valor referente ao uso pela controladora e locação para controlada.

b. Movimentação

<u>Valor contábil líquido</u>	Controladora		Consolidado	
	Prédio	Total	Prédio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.928	11.928	7.755	7.755
Adições	454	454	454	454
Ajuste valor justo	1.889	1.889	1.889	1.889
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.271	14.271	10.098	10.098
Adições	62	62	62	62
Ajuste valor justo	488	488	488	488
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.821	14.821	10.648	10.648

A Companhia realiza a avaliação do valor justo da propriedade anualmente ou sempre que existir a necessidade de revisão. Na última avaliação do imóvel para investimentos por seu valor justo, realizada em dezembro de 2024, por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida e experiência na categoria e local da propriedade para investimento da Companhia, o qual utilizou o método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 10,47% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (9,44% em 2023). Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de aluguéis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

8 Investimentos em controladas

	Navegação Aliança Ltda.
Capital social	21.000
Patrimônio líquido	162.533
Quotas possuídas (milhares)	21.000
Percentual de participação direto	100%
Resultado líquido do exercício	39.707
<u>Movimentação dos investimentos</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	108.047
Equivalência s/resultado	23.332
Equivalência s/deprec. de salas ocupadas p/controlada	(155)
Subtotal	23.177
Distribuição de lucros e JCP	(7.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	123.724
Equivalência s/resultado	39.707
Equivalência s/deprec. de salas ocupadas p/controlada	(154)
Subtotal	39.553
Distribuição de lucros e JCP	(3.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.277

9 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

<u>Controladora</u>	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terra, terreno e prédio	4	881	(555)	336	881	(529)	352
Móveis e utensílios	10	258	(212)	46	256	(204)	52
Equipamentos e instalações	10	1.044	(926)	118	1.036	(908)	128
Veículos	20	475	(370)	105	475	(280)	195
		2.658	(2.063)	595	2.648	(1.921)	727

<u>Consolidado</u>	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terra, terreno e prédio		4.875	(2.632)	2.243	4.875	(2.452)	2.423
Móveis e utensílios	10 e 20	3.596	(2.572)	1.024	3.515	(2.495)	1.020
Equipamentos e instalações	10 e 20	27.214	(10.760)	16.454	23.201	(8.525)	14.676
Veículos	20	3.012	(1.499)	1.513	2.079	(1.321)	758
Embarcações	5 e 10	282.454	(176.428)	106.026	269.819	(164.328)	105.491
Ativos em andamento (i)	-	14.183	-	14.183	6.259	-	6.259
		335.334	(193.891)	141.443	309.748	(179.121)	130.627

(i) Ativos em andamento: Os ativos em andamento são as ordens de serviços para o processo de docagem das embarcações.

Docagem: A docagem de navios consiste em um processo de tirar a embarcação de dentro da água e colocá-la em um local seco para realizar serviços de manutenção, limpeza, pintura, tratamento do casco e dos acessórios do navio.

A docagem deve ser feita periodicamente. O objetivo é manter o navio em bom estado, mantendo-o propício para navegar e operar com qualidade e segurança.

Alguns navios estão em docagem e, após o término, os valores gastos são transferidos para a conta específica de docagem de cada embarcação, quando inicia-se a depreciação.

b. Movimentação do imobilizado

Controladora

Custo	Terra, terreno e prédio	Móveis e Utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	881	254	1.032	607	2.774
Adições	-	2	4	-	6
Baixas	-	-	-	(132)	(132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	881	256	1.036	475	2.648
Adições	-	2	11	-	13
Baixas	-	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	881	258	1.044	475	2.658
Depreciações					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(503)	(195)	(891)	(253)	(1.842)
Depreciação	(26)	(9)	(17)	(108)	(160)
Baixas	-	-	-	81	81
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(529)	(204)	(908)	(280)	(1.921)
Depreciação	(26)	(8)	(19)	(90)	(143)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(555)	(212)	(926)	(370)	(2.063)
Valor contábil líquido:					
Em 31 de dezembro de 2022	378	59	141	354	932
Em 31 de dezembro de 2023	352	52	128	195	727
Em 31 de dezembro de 2024	326	46	118	105	595

Consolidado

Custo	Terra, terreno e prédio	Móveis e Utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Embarcações	Ativos em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.875	3.378	18.557	2.169	251.222	5.631	285.832
Adições	-	159	4.687	92	263	19.054	24.255
Baixas	-	(22)	(58)	(182)	(77)	-	(339)
Transferências	-	-	15	-	18.411	(18.426)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.875	3.515	23.201	2.079	269.819	6.259	309.748
Adições	-	234	4.019	1.251	46	20.915	26.465
Baixas	-	(153)	(6)	(318)	(1)	(401)	(879)
Transferências	-	-	-	-	12.590	(12.590)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.875	3.596	27.214	3.012	282.454	14.183	335.334
Depreciações							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.271)	(2.287)	(6.748)	(1.179)	(154.589)	-	(167.074)
Depreciação	(181)	(219)	(1.810)	(346)	(9.769)	-	(12.325)
Baixas	-	11	33	204	30	-	278
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.452)	(2.495)	(8.525)	(1.321)	(164.328)	-	(179.121)
Depreciação	(180)	(217)	(2.237)	(479)	(12.101)	-	(15.214)
Baixas	-	140	2	301	1	-	444
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.632)	(2.572)	(10.760)	(1.499)	(176.428)	-	(193.891)
Valor contábil líquido:							
Em 31 de dezembro de 2022	2.604	1.091	11.809	990	96.633	5.631	118.758
Em 31 de dezembro de 2023	2.423	1.020	14.676	758	105.491	6.259	130.627
Em 31 de dezembro de 2024	2.243	1.024	16.454	1.513	106.026	14.183	141.443

c. Garantia de financiamento

Em garantia dos financiamentos bancários da controlada, foram oferecidos, além do aval da controladora, bens do imobilizado da controlada, cujo valor contábil residual é de R\$ 14.811 (R\$ 15.995 em 31 de dezembro de 2023) a seguir demonstrado:

	31/12/2024			Consolidado	
	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Residual	Valor Contábil Residual	
Embarcações	24.675	(9.864)	14.811	15.995	
	24.675	(9.864)	14.811	15.995	

10 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Previdência social e FGTS	99	93	1.952	1.633
Salários a pagar	95	88	1.319	1.133
Obrigações processuais	-	-	400	111
Prêmio de metas e gratificação a pagar	181	222	1.367	1.554
Provisão para férias e encargos	31	23	4.050	3.797
Obrigações sociais e trabalhistas	406	426	9.088	8.228

11 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos Retidos	11	9	607	127
PIS e COFINS	300	481	756	565
ICMS	-	-	24	59
Tributos a recolher	311	490	1.387	751

12 Empréstimos e financiamentos bancários

a. Composição

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trevisa Investimentos S.A.				
Santander - Capital de Giro	599	4.445	-	-
Total	599	4.445	-	-
	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Navegação Aliança Ltda.				
BRDE - Finame PSI	245	-	2.937	245
Trevisa Investimentos S.A.				
Santander - Capital de Giro	599	4.445	-	-
Total	844	4.445	2.937	245

b. Cronograma de pagamentos por ano

Demonstramos no quadro abaixo os valores do não circulante, no consolidado, por ano de vencimento:

31 de dezembro de 2024	2026	2027	2028	TOTAL
Santander – Capital de Giro	1.667	1.667	1.111	4.445
Total	1.667	1.667	1.111	4.445

31 de dezembro de 2023	2025	TOTAL
BRDE - Finame PSI	245	245
Total	245	245

c. Finalidade, encargos, garantias e prazos

Banco	Finalidade	Encargos (%)	Garantias	Amortização	
				Início	Fim
BRDE - Finame PSI	Navio Juan Rassmuss	4,50% a.a.	Alienação fiduciária	15/02/2017	15/01/2025
Santander	Capital de Giro	8,50 % a.a.	Direitos Creditórios - CDB	15/09/2025	15/08/2028

d. Movimentação da conta de empréstimos e financiamentos no exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	-	-	3.182	9.018
Juros e variação cambial em empréstimos e financiamentos	169	-	251	318
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.938)	(5.837)
Captação de empréstimos e financiamentos	5.000	-	5.000	-
Pagamento de juros de Empréstimos e financiamentos	(125)	-	(206)	(317)
Saldo no final do exercício	5.044	-	5.289	3.182

A Companhia possui uma cláusula restritiva baseada em índices financeiros, a qual, requer a manutenção da razão entre a dívida líquida e o Ebitda inferior a 1,5. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com o requerimento.

13 Impostos a pagar – Refis

Foram incluídos no programa de parcelamento – REFIS: imposto de renda, contribuição social, imposto de renda retido na fonte, encargos previdenciários, PIS e COFINS. O parcelamento destes tributos foi unificado em um único REFIS. A Companhia a partir de novembro de 2024 está recolhendo o valor de R\$ 60 por mês (R\$ 45 em 2023). A Companhia tem aumentado o valor a ser recolhido, visando o encurtamento do prazo de liquidação da dívida. Em 2023 a estimativa de liquidação da dívida era no ano de 2035, com o aumento do pagamento mensal, a estimativa de liquidação passou para o ano de 2034. Não foram registrados ajustes a valor presente, pois os valores são atualizados mensalmente, pela TJLP. Em garantia do débito foi oferecido o imóvel de propriedade para investimento. O valor do REFIS no circulante é de R\$ 720 e no não circulante é de R\$ 4.895, totalizando a importância de R\$ 5.615 no individual e consolidado.

Demonstramos no quadro abaixo os valores do não circulante por ano de vencimento:

31 de dezembro de 2024	Controladora e Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	TOTAL
REFIS	720	720	720	720	2.015	4.895
Total	720	720	720	720	2.015	4.895

Controladora e Consolidado

31 de dezembro de 2023	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2035	TOTAL
REFIS	540	540	540	540	540	2.867	5.567
Total	540	540	540	540	540	2.867	5.567

14 Provisão para contingências**a. Composição da provisão para contingências:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	185	83	4.214	3.835
Trabalhistas (Saturnismo)	154	154	154	154
Meio ambiente (i e ii)	8.495	8.495	8.495	8.495
Cível	-	48	-	248
	8.834	8.780	12.863	12.732

b. Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora				31/12/2024
	31/12/2023	Provisão	Reversão	Pagamento	
Trabalhistas	83	102	-	-	185
Trabalhistas (Saturnismo)	154	-	-	-	154
Meio ambiente (i e ii)	8.495	-	-	-	8.495
Cível	48	-	(48)	-	-
	8.780	102	(48)	-	8.834

	Consolidado				31/12/2024
	31/12/2023	Provisão	Reversão	Pagamento	
Trabalhistas	3.835	1.905	(484)	(1.042)	4.214
Trabalhistas (Saturnismo)	154	-	-	-	154
Meio ambiente (i e ii)	8.495	-	-	-	8.495
Cível	248	-	(69)	(179)	-
	12.732	1.905	(553)	(1.221)	12.863

c. Controladora*Processos trabalhistas*

Representado por 01 (um) processo que tramita na Comarca de Rio Grande, RS, estando em fase de execução provisória, em autos apartados. Neste processo há diversos pedidos de diferenças de verbas trabalhistas, sendo que para este caso a perspectiva de perda é considerada provável.

Meio ambiente:

i) Existe uma Ação Civil Pública exclusivamente contra uma ex-controlada, tramitando na 3ª Vara Federal de Salvador, BA. Este processo possui sentença determinando o trabalho de contenção e monitoramento da área industrial localizada no município de Santo Amaro, BA. Neste sentido, a Companhia vem realizando as tratativas necessárias para a defesa do processo, bem como cumprindo com as obrigações pertinentes ao processo, tanto administrativas, como operacionais. Para aprovação e execução do referido projeto de

intervenção ambiental, a Administração, juntamente com os seus consultores jurídicos, está provisionado um valor equivalente a R\$ 8.035, considerado pela administração, juntamente com seus assessores jurídicos, a melhor estimativa de desembolso futuro pela Companhia.

ii) Existe ainda outro processo, com prognóstico de perda provável, cujo valor provisionado é de R\$ 460.

d. Controlada – Navegação Aliança Ltda.

Processos trabalhistas

Os montantes apresentados como provisão para contingências trabalhistas já estão deduzidos dos respectivos depósitos judiciais, no equivalente a R\$ 3.203. Este valor é composto pela provisão de R\$ 4.029 e pela dedução dos depósitos judiciais de R\$ 826.

A Companhia informa que não há avaliação de perda possível para nenhum processo.

15 Dividendos a pagar

a. Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido anual ajustado.

O dividendo proposto no montante de R\$ 4.635, refere-se à distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado	2024	2023
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489
Reserva legal: (5%)	(1.857)	(925)
Lucro após reserva legal	35.277	17.564
Reversão de dividendos	106	37
Reserva de incentivos fiscais reflexa	(16.988)	-
Realização ajuste avaliação patrimonial	14	14
IR e CS diferido ajuste avaliação patrimonial	(22)	(23)
Equivalência s/deprec. salas ocupadas pela controlada	154	155
Base de cálculo dos dividendos de 25%	18.541	17.747
Dividendos obrigatórios	(4.635)	(4.437)
Total dos dividendos	(4.635)	(4.437)
Dividendo por ação:		
Ordinária	0,21125	0,20221
Preferencial	0,23238	0,22243
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	1.942	1.859
Preferenciais	2.693	2.578
	4.635	4.437

16 Juros sobre capital próprio – JCP

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Navegação Aliança Ltda., realizou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.000 (R\$ 7.500 em 31 de dezembro de 2023), os quais foram registrados para fins fiscais como despesa financeira na controlada e posteriormente revertidos, por representar distribuição de lucros na controlada. Para efeito das demonstrações contábeis, a receita de juros sobre capital próprio recebido pela controladora foi creditada na conta de investimentos.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 60.000 e está representado por 9.192 mil ações ordinárias e 11.592 mil ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de lucros

i. Reserva legal

Do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

ii. Reserva de investimentos e/ou capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado pela dedução dos dividendos obrigatórios e não pode exceder o valor do capital.

iii. Reserva de incentivos fiscais reflexa

A Companhia realizou a constituição da reserva de incentivos fiscais, em consonância com a legislação societária brasileira, da parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

O montante destinado para a reserva de incentivos fiscais, foi de R\$ 16.988, devido a subvenção governamental, concedida à controlada Navegação Aliança Ltda, reconhecida de maneira reflexa na controladora, conforme detalhado na Nota 5.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação sobre o valor justo de propriedade para investimento na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos (vide nota 7).

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IR e CS	40.419	27.317	27.253	27.313
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões	(13.742)	(9.288)	(9.266)	(9.286)
Resultado de participação societária	13.448	7.880	-	-
Incentivos fiscais	-	-	184	178
Outras adições e exclusões permanentes	(154)	(520)	(304)	(579)
Comp. 30% do prej. fiscal e base neg. CS	139	576	139	576
PAT (Lucro Real)	-	-	243	240
Depreciação arrendamento	-	-	(400)	(337)
Contraprestação arrendamento	-	-	415	389
Depreciação salas controlada	-	-	(52)	(53)
Parcela isenta do adicional 10%	24	24	48	48
SELIC IRPJ e CSLL incentivos fiscais	-	-	1.886	-
IR e CS resultado do exercício	(285)	(1.328)	(7.107)	(8.824)
IR e CS ajuste extemporâneo (nota 5)	-	-	(16.988)	-
Corrente	(300)	(1.321)	(8.973)	(8.958)
Diferido	15	(7)	908	134
Alíquota efetiva	0,71%	4,86%	26,08%	32,31%

b. Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos incidentes sobre:				
Ativo				
Provisão para perda com depósito judicial	-	-	61	61
PECLD alugueis	-	-	270	270
PECLD clientes	-	-	117	-
Provisão de perda com riscos processuais	-	-	1.370	1.344
Provisão honorários	-	-	778	-
Provisão para perda com imobilizado	-	-	93	93
Provisão p/perda de multa regulamentar	-	-	-	24
(-) PECLD Estaleiro Vitória	-	-	172	176
IR e CS diferido ativo	-	-	2.861	1.968
Passivo				
Propriedade para investimento	(2.849)	(2.913)	(2.849)	(2.913)
IR e CS diferido passivo	(2.849)	(2.913)	(2.849)	(2.913)
IR e CS diferido líquido	(2.849)	(2.913)	12	(945)
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	15	(7)	908	134

O imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo não circulante são incidentes sobre diferenças temporárias.

Os impostos diferidos contabilizados no passivo não circulante foram calculados sobre propriedade para investimento da controladora, foram apurados sobre o valor justo desse bem, contabilizado por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação.

A Companhia realizou a compensação, no balanço patrimonial, dos saldos de impostos ativos e passivos, respeitando as regras de apresentação e o direito de compensar os saldos em bases líquidas.

A controladora possui o equivalente a R\$ 45.732 de base de prejuízo fiscal e R\$ 47.577 de base negativa, para os quais, não foi reconhecido imposto diferido ativo, devido ao fato de não ter expectativa de geração de caixa futuro

19 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Vendas de serviços	-	-	140.962	136.576
Receita de locações	2.124	2.110	1.439	1.409
Descontos	-	(30)	-	(34)
Impostos sobre vendas	(313)	(299)	(5.935)	(6.240)
	1.811	1.781	136.466	131.711

20 Despesas por função e por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Gastos com pessoal e encargos sociais	(432)	(376)	(45.801)	(41.849)
Remuneração dos administradores	(1.699)	(1.600)	(3.102)	(2.968)
Combustíveis	-	-	(22.961)	(22.591)
Seguros	(3)	(7)	(2.886)	(3.051)
Portuárias	-	-	(1.363)	(1.943)
Rebocador	-	-	(4.998)	(4.751)
Serviços de estiva	-	-	(2.022)	(2.559)
Atracação e desatracação	-	-	(2.038)	(1.835)
Gastos com manutenções	-	-	(4.776)	(4.542)
Honorários e serviços terceiros	(467)	(573)	(3.922)	(2.955)
Despesas de condomínio	(433)	(208)	(433)	(208)
Provisão de honorários (nota 5)	-	-	(2.287)	-
Despesas de contencioso	(981)	(1.017)	240	(905)
Provisão e reversão de contencioso	(54)	(2.382)	(1.352)	(2.914)
Depreciação	(143)	(160)	(16.180)	(13.238)
Amortização	-	-	(29)	(38)
(-) Crédito de PIS e COFINS	106	83	4.739	4.861
Outros gastos administrativos	(119)	(333)	(6.796)	(5.935)
	(4.225)	(6.573)	(115.967)	(107.421)
Distribuição:				
Custos dos serviços vendidos	(433)	(208)	(95.387)	(89.489)
Despesas de administração	(3.792)	(6.365)	(20.580)	(17.932)
	(4.225)	(6.573)	(115.967)	(107.421)

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxas administrativas de condomínio	217	204	151	136
Ressarcimento de sinistro	-	-	8	36
Vendas de sinistrado	-	-	5	34
Venda de bens permanentes	2	129	269	282
Receitas diversas	-	7	178	259
Ganho ajuste a valor justo	488	1.889	488	1.889
Reversão de PECLD	-	-	11	-
Recuperação dec. Judicial (tx. Selic)	-	-	-	65
Depreciação baixa de bens	-	-	-	73
Outras receitas operacionais	707	2.229	1.110	2.774
Indenizações	-	-	(10)	-
Perda c/impostos a recuperar	-	(1)	-	(1)
Resultado na venda de imobilizado	(1)	(51)	(32)	(135)
Outras despesas operacionais	(1)	(52)	(42)	(136)
Outras receitas (despesas) operacionais	706	2.177	1.068	2.638

22 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira de aplicações	187	127	1.388	1.627
Varição monetárias e cambiais	6	13	172	203
Descontos obtidos	1	-	9	17
Varição monetária incentivos fiscais	-	-	5.548	-
Receitas financeiras	194	140	7.117	1.847
Juros de arrendamento	-	-	(211)	(78)
Despesas bancárias e IOF	(17)	(17)	(81)	(52)
Encargos REFIS (nota 13)	(148)	(167)	(148)	(167)
Descontos concedidos	-	(1)	(63)	(1)
Impostos s/receita financeira	(287)	(700)	(609)	(779)
Juros e var. monetárias e cambiais	(168)	-	(319)	(385)
Despesas financeiras	(620)	(885)	(1.431)	(1.462)
Despesas financeiras líquidas	(426)	(745)	5.686	385

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) ativos e passivos financeiros pelo custo.

Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
a. Pelo custo amortizado				
Aplicações financeiras (nota 3)	163	332	10.852	13.602
Aplicação financeira vinculada	1.566	-	1.566	-
Saldos bancários (nota 3)	2	4	25	10
Clientes (nota 4)	371	281	11.650	7.187
Créditos com controladas (nota 5)	2.539	4.284	-	-
Outros ativos	6	12	2.184	1.780
Ativos financeiros totais	4.647	4.913	26.277	22.579
Passivos financeiro				
b. Pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos bancários (nota 12)	(5.044)	-	(5.289)	(3.182)
Dividendos a pagar (nota 15)	(4.635)	(4.437)	(4.635)	(4.437)
Fornecedores	(147)	(129)	(4.926)	(4.529)
Outras contas a pagar	(339)	(390)	(1.304)	(1.267)
Passivo de arrendamento	-	-	(1.880)	(2.672)
Passivos financeiros totais	(10.165)	(4.956)	(18.034)	(16.087)
Instrumentos financeiros totais	(5.518)	(43)	8.243	6.492

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nem durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, não mantém saldos em aberto referente a instrumentos financeiros derivativos naquelas datas.

c. Risco de crédito

Apresentamos os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Aplicações financeiras (nota 3)	163	332	10.852	13.602
Aplicação financeira vinculada	1.566	-	1.566	-
Saldos bancários (nota 3)	2	4	25	10
Clientes (nota 4)	371	281	11.650	7.187
Outros ativos	6	12	2.184	1.780
	2.108	629	26.277	22.579

De acordo com a política da Companhia é constituída provisão para risco de crédito após a análise individual das contas a receber, conforme demonstrado na nota explicativa (4).

d. Risco de liquidez

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A seguir, estão as maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 nas demonstrações contábeis consolidadas:

31 de dezembro de 2024	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	2025	2026	2027	2028
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos bancários (nota 12)	5.289	6.206	1.248	1.976	1.836	1.146
Dividendos a pagar (nota 15)	4.635	4.635	4.635	-	-	-
Fornecedores	4.926	4.926	4.926	-	-	-
Outras contas a pagar	1.304	1.304	1.304	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.880	2.902	1.285	814	742	61
Total	18.034	19.973	13.398	2.790	2.578	1.207

31 de dezembro de 2023	Valor	Fluxo de	2024	2025	2026	2027	2028
	Contábil	caixa contratual					
Passivos financeiros não derivativos							
Financiamentos bancários (nota 12)	3.182	3.264	3.019	245	-	-	-
Dividendos a pagar (nota 15)	4.437	4.437	4.437	-	-	-	-
Fornecedores	4.529	4.529	4.529	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.267	1.267	1.267	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	2.672	3.883	1.188	1.150	742	742	61
Total	16.087	17.380	14.440	1.395	742	742	61

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

f. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros variável, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor contábil dos instrumentos financeiros de taxa variável				
Aplicações financeiras (nota 3)	163	332	10.852	13.602
Aplicação financeira vinculada	1.566	-	1.566	-
	1.729	332	12.418	13.602

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os montantes abaixo demonstrados. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

Análise de sensibilidade taxa variável (1%) no consolidado	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2024	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2023
- Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável (nota 23.f)	<u>(124)</u>	<u>(136)</u>

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

25 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda., que opera com uma frota de 25 embarcações com capacidade estática total de 71.430 toneladas, sendo 24 embarcações próprias e 01 afretada. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação.

A Empresa opera no Rio Grande do Sul e, as principais cargas transportadas entre a grande Porto Alegre para Rio Grande são: celulose e soja (em grãos e farelo). No sentido Rio Grande e Pelotas para a grande Porto Alegre as principais cargas são: madeira, fertilizantes, clínquer e trigo. A Empresa transporta também carvão entre Charqueadas e Triunfo.

A Empresa tem um cliente que representa aproximadamente 69% do seu faturamento bruto. O prazo de vigência do contrato, que estava previsto para o terceiro trimestre de 2024, foi renovado por mais 5 (cinco) anos, a contar de 1º de julho de 2023.

Atividade de locação de salas

É operada pela Companhia que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre, RS, com área aproximada de 10.000 m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2024

	Navegação Aliança Ltda.	Trevisa Investimentos S. A.	Eliminações	Consolidado
Venda líquida de serviços	135.340	-	-	135.340
Receita líquida de locações	-	1.811	(685)	1.126
Custos dos serviços vendidos	(94.954)	(433)	-	(95.387)
Lucro bruto	40.386	1.378	(685)	41.079
Despesas de administração	(17.385)	(3.792)	597	(20.580)
Outras receitas (despesas) operacionais	428	706	(66)	1.068
Equivalência patrimonial	-	39.553	(39.553)	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	23.429	37.845	(39.707)	21.567
Receitas financeiras	6.923	194	-	7.117
Despesas financeiras	(811)	(620)	-	(1.431)
Juros sobre capital próprio	(3.000)	3.000	-	-
Resultado antes dos impostos	26.541	40.419	(39.707)	27.253

As eliminações constantes no quadro são decorrentes da receita de aluguéis da controladora junto a sua controlada.

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2023

	Navegação Aliança Ltda.	Trevisa Investimentos S. A.	Eliminações	Consolidado
Venda líquida de serviços	130.631	-	-	130.631
Receita líquida de locações	-	1.781	(701)	1.080
Custos dos serviços vendidos	(89.281)	(208)	-	(89.489)
Lucro bruto	41.350	1.573	(701)	42.222
Despesas de administração	(12.181)	(6.365)	614	(17.932)
Outras receitas (despesas) operacionais	529	2.177	(68)	2.638
Equivalência patrimonial	-	23.177	(23.177)	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	29.698	20.562	(23.332)	26.928
Receitas financeiras	1.707	140	-	1.847
Despesas financeiras	(577)	(885)	-	(1.462)
Juros sobre capital próprio	(7.500)	7.500	-	-
Resultado antes dos impostos	23.328	27.317	(23.332)	27.313

As eliminações constantes no quadro são decorrentes da receita de aluguéis da controladora junto a sua controlada.

c. Depreciação e amortização por segmento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transporte aquaviário (imobilizado e direito de uso)	-	-	15.912	12.961
Locação de salas (imobilizado)	143	160	297	315
Total	143	160	16.209	13.276

d. Ativos por segmento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transporte aquaviário	160.277	123.724	192.076	156.218
Locação de salas	21.108	20.691	16.236	14.221
Total	181.385	144.415	208.312	170.439

26 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a seguir demonstramos a reconciliação do lucro aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação.

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 pela quantidade total de ações conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Lucro líquido do exercício	37.134	18.489	37.134	18.489
Ações ordinárias – lote de mil	9.192	9.192	9.192	9.192
Ações preferenciais – lote de mil	11.592	11.592	11.592	11.592
Total de ações em circulação - lote de mil	20.784	20.784	20.784	20.784
Lucro por lote de mil ações - básico - R\$	1,7867	0,8896	1,7867	0,8896

Lucro diluído por ação

A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro diluído por ação, conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não possuir potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.



Trevisa Investimentos S. A.

Companhia Aberta – CNPJ 92.660.570/0001-26

NIRE 433.0000.8061

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Jorge Lindemann

Diretor Presidente e Relações com Investidores



Trevisa Investimentos S.A.

Companhia Aberta – CNPJ 92.660.570/0001-26

NIRE 433.0000.8061

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado em 27 de março de 2025, relativo ao conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

Jorge Lindemann
Diretor Presidente e Relações com Investidores
